

Ministro diz que atraso nos dois barcos eléctricos para os Açores vai complicar PRR

O sexto pedido de pagamento do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), afinal, vai ser entregue este mês, mas não vai ser limpo, ou seja, não terá cumpridas todas as metas e marcos que lhe estão associadas.

O ministro Adjunto e da Coesão Territorial anunciou ontem, no Parlamento, que o sexto pedido de pagamento do PRR vai ser feito este mês.

O primeiro-ministro tinha dito, em outubro, que Portugal ia pedir ainda nesse mês o desembolso do sexto cheque, algo que acabou por não acontecer.

E enquanto o país ainda aguarda a avaliação da Comissão Europeia relativamente ao quinto cheque, o secretário de Estado do Desenvolvimento Regional explicou que este pedido não será limpo.

“Teremos de fazer o pedido deixando de fora o cumprimento de um ou outro marco, para que se possa fazer à mesma o pedido de pagamento”, disse Helder Reis.

Os países só podem fazer dois pe-



didados por ano à Comissão Europeia e Portugal tenciona fazer os dois para que a taxa de execução do PRR possa avançar.

“Soubemos a semana passada que o concurso para a compra de dois barcos os Açores ficou deserto”, explicou o responsável, dado este exemplo como algumas das “dificuldades acrescidas” que o a execução do PRR

tem enfrentado. “São constrangimentos no contexto da gestão do PRR que não esperávamos e que não conseguimos resolver num espaço curto de tempo”, reconheceu.

Em causa está o concurso para a construção de dois barcos eléctricos para a empresa de transporte marítimo de passageiros e viaturas nos Açores.

A presidente do conselho de administração da Atlânticoline, Isabel Dutra, disse que “o concurso não teve o desfecho” desejado, “tendo em conta que, já depois de adjudicada a proposta, o consórcio vencedor veio solicitar alterações, quer ao prazo de execução, quer às características técnicas dos navios, alterações essas que contrariavam o que estava definido no caderno de encargos”, explicou a presidente do Conselho de Administração da Atlânticoline.

Pelo caminho ficou ainda outros dois marcos: a assinatura do contrato relativo ao navio de investigação multifuncional, um avio para investigação a região Autónoma da Madei-

ra, cujo concurso também teve problemas; e a assinatura do contrato relativo à construção de uma linha de metro ligeiro de superfície entre Odivelas e Loures, investimento que é assegurado pela componente empréstimos do PRR, acrescentou o secretário de Estado.

O sexto pedido de pagamento é de 1,86 mil milhões de euros e a assinatura do contrato para a aquisição de dois ferries eléctricos para o transporte de passageiros e veículos entre as ilhas de Pico, Faial e São Jorge é dos marcos que lhe está associado.

Não será a primeira vez que Portugal não vai receber a fatia completa de um cheque. Foi o que aconteceu com o terceiro e quarto pedidos de desembolso feitos em simultâneo e dos quais Bruxelas reteve 713 milhões.

A demora a análise do quinto cheque deve-se a pedidos de sucessivos de informação por parte da Comissão Europeia, nomeadamente as verificações para evitar o duplo financiamento.

Cadeia de P. Delgada pode ir a Tribunal dos Direitos Humanos

O Sindicato Nacional do Corpo da Guarda Prisional admite apresentar uma queixa junto do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, perante a gravidade da situação no estabelecimento prisional de Ponta Delgada, nos Açores, foi revelado ontem.

O presidente do sindicato, Frederico Moraes, disse que a decisão em relação à queixa carece de uma tomada de posição conjunta dos guardas, mas voltou a alertar para “as graves condições de segurança” da cadeia de Ponta Delgada, na ilha de São Miguel, degradação do imóvel, falta de guardas e sobrelotação.

Segundo o dirigente sindical, no estabelecimento prisional de Ponta Delgada “47 reclusos” partilham uma camarata, que era uma antiga zona

de oficinas.

“Há mais de dois anos que a zona foi transformada numa camarata, devido à falta de espaço no estabelecimento prisional”, apontou ainda o presidente do Sindicato do Corpo da Guarda Prisional.

Em outubro, os guardas prisionais da cadeia de Ponta Delgada, nos Açores, admitiram realizar uma greve, caso não fossem melhoradas as condições de segurança e trabalho no estabelecimento prisional localizado na maior ilha dos Açores.

Na altura, Frederico Moraes disse que a cadeia de Ponta Delgada “tem cerca de 70 guardas” para uma população prisional de “130 reclusos”.

“O estabelecimento prisional tem capacidade para 116 reclusos, mas



tem cerca de 30 detidos a mais, numa camarata que há muito que deveria ter sido fechada”, denunciou.

Ainda em outubro, o deputado do PSD/Açores na Assembleia da República Paulo Moniz revelou que a construção da nova prisão de Ponta Delgada deverá arrancar em 2027,

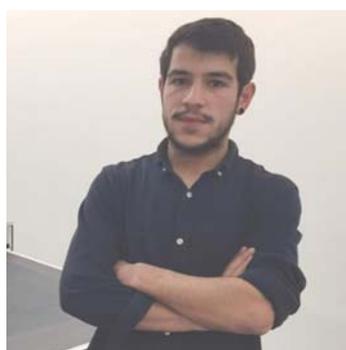
segundo a informação que recebeu numa reunião com a secretária de Estado da Justiça.

De acordo com o deputado, Maria José Barros indicou que projeto para a construção do novo Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada deverá estar aprovado no primeiro semestre de 2026 e a empreitada deverá arrançar em 2027.

O projeto do novo Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada foi apresentado em novembro de 2018, mas uma decisão do Tribunal Central Administrativo do Sul determinou que fosse lançado um novo concurso.

A construção da nova cadeia foi inscrita em sucessivos orçamentos do Estado nos últimos oito anos, mas nunca avançou.

Artista micaelense João Miguel Ramos vence Prémio Júlio Resende em Gondomar



O artista plástico, da ilha de S. Miguel, João Miguel Ramos, acaba de vencer a 6ª edição do Prémio Júlio Resende, na categoria de criatividade, instituído pela Câmara Municipal de Gondomar.

João Miguel Ramos nasceu em São Miguel em 1994, vive e trabalha entre o Porto e os Açores e é licenciado em Artes Plásticas – Pintura, pela Faculdade de Belas artes da Universidade do Porto (2016).

Em 2019 frequentou a Hochschule für Grafik und Buchkunst Leipzig, na Alemanha.

Concluiu o Mestrado em Artes

Plásticas na Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto (2020).

Trabalha numa configuração aberta e multidisciplinar em que o meio da pintura é tido como forma de enquadramento.

Já expôs em S. Miguel, no Porto e em Lisboa, em várias galerias e instituições.

Actualmente frequenta o Doutoramento em Artes Plásticas na Universidade do Porto.

A Câmara Municipal de Gondomar e o Lugar do Desenho – Fundação Júlio Resende entregaram no Sábado, o prémio ao vencedor, numa cerimónia

que decorreu no Auditório Municipal de Gondomar, espaço onde estarão expostas, até 31 de Dezembro, as obras a concurso.

Nesta edição, que registou a participação de 145 candidaturas, o Prémio Criatividade, no valor de 6 mil euros, foi atribuído a João Miguel Ramos,

O júri, que deliberou por unanimidade, e que destacou a qualidade artística e a relevância das criações apresentadas, justificou a escolha da obra de João Miguel Ramos como sendo a mais criativa, original e inovadora de arte contemporânea.